



RELATÓRIO ANUAL

ESCOLA DE MAGISTRATURA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 6ª REGIÃO

2024

ESCOLA DE MAGISTRATURA - INSTITUCIONAL



DIRETOR

Desembargador Federal Grégore Moreira de Moura

Diretor da Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região



VICE- DIRETOR

Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos

Vice-diretor da Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região

COORDENADORA / SECRETÁRIA EXECUTIVA

Francine Figueiredo

EQUIPE

- Maria Auxiliadora Nangino Barcelos
- Oswaldo Luiz Gavinho Bento
- Max Ronald de Oliveira
- Walkenia Maciel Gonçalves Ragazzi
- Daniela Ferreira Dutra de Jesus
- Anna Claudia Pereira da Silva

SUMÁRIO

CURSOS E EVENTOS	04
Janeiro	04
Março	06
Abril	10
Maio	12
Junho	14
Agosto	17
Setembro	23
Outubro	26
RELATÓRIO DO BIÊNIO 2023 2024	43
Balço 2023	43
Balço 2024	45
Balço do Biênio 2023/2024	47
PALAVRAS DA COORDENADORA	49
PALAVRAS DO VICE - DIRETOR	50
PALAVRAS DO DIRETOR	51

CURSOS E EVENTOS - JANEIRO | 2024

Casarão do Circuito Liberdade sediará unidades do TRF6

Na manhã do dia 17 de janeiro, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) recebeu formalmente do governo de Minas Gerais o Solar Narbona, um casarão histórico que compõe o complexo arquitetônico, cultural e paisagístico da Praça da Liberdade. A solenidade de assinatura do termo de cessão de uso reuniu desembargadores federais da corte mineira e autoridades locais no próprio casarão, em Belo Horizonte. Com isso, deverão funcionar no local a biblioteca institucional, o Centro de Memória da Justiça Federal em Minas Gerais, e a Escola de Magistratura e Revista do TRF6.

Participaram do ato de assinatura do documento: a presidente do TRF6, desembargadora federal Mônica Sifuentes; o diretor da Escola de Magistratura Federal e Revista do TRF6, desembargador federal Grégore Moura; o governador do Estado Romeu Zema; e a secretária estadual de Planejamento e Gestão Luísa Barreto.



Além da presidente do TRF6 e do diretor da Escola de Magistratura, outras autoridades da corte mineira prestigiaram o evento.

Na ocasião, a presidente do TRF6 ressaltou a alegria em receber o imóvel e o

compromisso de restaurá-lo, revertendo a ação em benefícios culturais para a população. “Esse ato que nós recebemos do governo do Estado de Minas Gerais marca essa reconstrução da caminhada da Justiça Federal aqui em Minas Gerais, coroada com a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Fazemos parte desse pedaço cultural de Minas, que é esse conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade. Ele representará uma interface da Justiça Federal com o jurisdicionado e o povo mineiro.”

Por sua vez, o desembargador federal Grégore Moura explicou que o casarão passaria por uma recuperação e revitalização, assumindo um papel cultural e de responsabilidade social na capital mineira. “O fato de estar localizado aqui vai gerar uma oportunidade para a população ter mais cultura e conhecer um pouco dessa importante ideia de trazer a Justiça Federal para mais perto.”

O governador Romeu Zema expressou gratidão pela iniciativa do TRF6. “Teremos esse casarão totalmente diferente do atual. Esse atrativo enriquecerá o Circuito Liberdade. E nesse sentido, o Tribunal Regional Federal está contribuindo muito com esse investimento.”

Confira no link a reportagem no YouTube: https://youtu.be/l1Qfr_CrXOk



Desembargadora federal Mônica Sifuentes assina termo de cessão de uso do Solar Narbona.

CURSOS E EVENTOS - MARÇO | 2024

Seminário "Centros de Inteligência do Poder Judiciário - Missões e Desafios no Século XXI"

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

CENTROS DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

MISSÕES E DESAFIOS NO SÉCULO XXI

11/03/2024 • 14h às 18h
Auditório do Edifício Antônio Fernandes Pinheiro
Avenida Álvares Cabral 1805 - Belo Horizonte/MG

INSCRIÇÕES

 <https://educac.enfam.jus.br/inscricao-centros-de-inteligencia-do-poder-judiciario-missoes-e-desafios-no-seculo-xxi>

PALESTRANTES

Alberto Vilas Boas – Desembargador do TJMG, 1º Vice - Presidente do TJMG.
Carlos Geraldo Teixeira – Juiz Federal, Coordenador Científico do Evento
Cláudio Gonçalves Marques – Advogado da Caixa Econômica Federal
Marco Bruno Miranda Clementino – Juiz Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte
Mônica Silveira Vieira – Juíza Auxiliar da 1ª Vice-Presidência do TJMG
Vânilla Cardoso André de Moraes – Juíza Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais

Na tarde do dia 11 de março, a Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizou um debate com especialistas no auditório da sede da corte, em Belo Horizonte. Como o tema “Centros de Inteligência do Poder Judiciário: Missões e Desafios no Século XXI”, o seminário trouxe temas variados e proporcionou uma rica troca de experiência entre desembargadores, juízes, advogados, servidores e estagiários não só do TRF 6ª Região como do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Dentre as autoridades presentes, estavam: a presidente do TRF 6ª Região, desembargadora federal Mônica Sifuentes; o diretor da Escola de Magistratura e Revista do TRF 6ª Região, desembargador federal Grégore Moura; os desembargadores federais Miguel Angelo e Lincoln Rodrigues de Faria; os juízes federais Antônio Nascimento (diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais), Carlos Geraldo Teixeira (coordenador científico do evento e ex-coordenador do Centro Local de Inteligência do TRF 6ª Região – CLI), Vânilla Moraes (coordenadora do Laboratório de Inovação do TRF 6ª Região – iluMinas), e Sérgio Melo (novo coordenador do CLI do TRF 6ª Região); e o diretor da Secretaria Administrativa (SECAD) Raimundo Ferreira. Carlos Geraldo Teixeira e Vânilla Moraes foram palestrantes da Justiça Federal da 6ª Região.

Já os palestrantes convidados foram os seguintes: o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Alberto Vilas Boas; a juíza auxiliar da 1ª Vice-Presidência do TJMG, Mônica Vieira; o juiz federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Marco Bruno Clementino; e o advogado da Caixa Econômica Federal, Cláudio Marques.

Durante a abertura do evento, a desembargadora federal Mônica Sifuentes saudou a iniciativa da Escola de Magistratura do TRF 6ª Região e destacou a “feliz parceria” entre o TJMG e a corte federal mineira. Ela falou também da importância do Centro Local de Inteligência (CLI) para o órgão. “Tão relevante é a atuação do Centro de Inteligência que, em nossa gestão na Presidência, procuramos reestruturá-lo, alcançando-o a um status prioritário no desenho da nova corte. Por isso, as exposições do evento de hoje serão fontes de conhecimento aplicado ao embate cotidiano da jurisdição, neste cenário de judicialização excessiva.”



Fotografia registrada no evento

Ainda durante a abertura do seminário, o desembargador federal Grégore Moura refletiu sobre o papel dos magistrados “em um país que tem três ações judiciais por pessoa”. “Como juízes, a gente tem uma parcela de responsabilidade também, porque as nossas decisões geram demandas ou diminuem demandas de acordo com a repercussão que essa decisão vai ter.”

O desembargador Alberto Vilas Boas, por sua vez, agradeceu o convite de participar do evento, também elogiando a iniciativa do TRF 6ª Região. Sobre o tema, ele ponderou sobre o que considerou “uma dependência um pouco tóxica” dos usuários em relação ao sistema de justiça brasileiro. “Hoje tudo precisa ser resolvido pela Justiça. As pessoas perderam a capacidade de estabelecer um diálogo (não vou dizer interinstitucional, mas entre elas, entre os advogados e as partes, ou entre as partes em si) para que elas mesmas consigam – dentro de um contexto em que prevaleça a cooperação, a boa-fé, a solidariedade – construir a decisão melhor do que aquela que um juiz profere.”

O seminário terminou no início da noite. Vânia Moraes avaliou o evento como

extremamente produtivo, com discussões intensas. “A exposição do resultado do trabalho dos centros de inteligência bem demonstra que eles são uma política judicial eficiente e efetiva para racionalizar o trabalho que tem sido feito na Justiça de forma a torná-lo real, não simplesmente produtividade de processos. Porque não é só produtividade, a questão é buscar a origem do conflito para pacificar esse conflito”, explicou a magistrada, considerada entre os colegas uma pioneira no tema dentro do órgão.

Confira no link a gravação da transmissão via Teams: <https://youtu.be/WYIxK5xn-Q>

Seminário "Judicialização da Saúde - Desafios para a Construção da Jurisprudência do TRF6"

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE
DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF6

21/03/2024 • 9h às 18h
Auditório do Edifício Antônio Fernandes Pinheiro
Avenida Alvares Cabral 1805 – Belo Horizonte/MG

PROGRAMAÇÃO:
ABERTURA: 9h
PALESTRA: Ativismo Judicial e Direito à Saúde - 9h30
1º TEMA: Atuação de Núcleos de Apoio Técnico Ao Poder Judiciário (Natjus) e Produção de Provas em Demandas de Saúde - 10h
*Lançamento do Curso: "Demandas Judiciais em Saúde: o que eu preciso saber?"
2º TEMA: Fast Track em Registros de Medicamentos e Análise de Evidências Científicas em demandas de Saúde - 11h
3º TEMA: Custo-efetividade e Custo-oportunidade de Avaliações Tecnológicas e As Demandas De Saúde - 14h30
4º TEMA: Obstinação Terapêutica em Tratamentos Oncológicos - 16h

INSCRIÇÕES

<https://educac.enfam.br/inscricao-judicializacao-da-saude-desafios-para-a-construcao-da-jurisprudencia-do-trf6>

Participantes:

- Afrânio Vilela** - Ministro do Superior Tribunal de Justiça
- Clarice Alegre Petramale** - Médica graduada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
- Cynthia Pereira de Araújo** - Advogada da União, Mestre e Doutora em Direito pela PUC-Minas
- Daniel Wei Liang Wang** - Professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas
- Jeruza Lavanholi Neyeloff** - Médica epidemiologista, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Marcelo Dolzany** - Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região
- Munir Murad** - Médico Oncologista Coordenador do grupo de cuidados paliativos do Hospital das Clínicas da UFMG
- Natan Katz** - Médico e Vice - Coordenador do Núcleo Técnico Científico de tele-saúde do RS
- Rafael Selbach Scheffel** - Professor adjunto de Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

No dia 21 de março de 2024, o auditório do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) sediou o seminário “Judicialização da saúde: desafios para a construção da jurisprudência do TRF6”. Médicos, advogados, professores universitários, desembargadores, servidores e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela, participaram do evento. O seminário ocorreu presencialmente na sede do TRF6 e em videoconferência para todas as subseções e

também para quem inscreveu-se previamente no evento.

O desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6ª) e vice-diretor da Escola de Magistratura Federal da 6ª Região (biênio 2022-2024) Pedro Felipe Santos abriu o evento. Ele falou sobre os desafios de se construir uma jurisprudência em um “tribunal novo”, que é o TRF6, com casos novos e antigos. O magistrado também lembrou que o primeiro caso de judicialização na saúde ocorreu na década de 90, no Rio de Janeiro, a partir da demanda de obtenção de um medicamento. “Quase 30 anos depois, ainda estamos tentando buscar soluções”, ponderou o desembargador.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi representado pelo ministro mineiro de Ibiá (no Triângulo) Afrânio Vilela. Em sua apresentação, ele defendeu o direito do cidadão de se obter uma decisão séria, firme e coesa e acentuou que “em casos de saúde, ninguém pode esperar”. Vilela disse que “a Justiça tem que ser humana” e apoiou uma jurisprudência pacificada sobre o tema.

O procurador-geral da União, Marcelo Eugênio Feitosa, também compareceu ao evento e deu sua contribuição na abertura dos trabalhos. Ele ressaltou que a judicialização da saúde é um tema delicado e que requer uma jurisprudência construída em uma medicina baseada em evidências.

O desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6ª), Marcelo Dolzany, fez a primeira palestra do dia, falando sobre o tema “Ativismo judicial e o direito à saúde”.

Temas: O seminário tratou dos temas: atuação de Núcleos de Apoio Técnico Ao Poder Judiciário (Natjus) e produção de provas em demandas de saúde; fast track em registros de medicamentos e análise de evidências científicas em demandas de saúde; custo-efetividade e custo-oportunidade de avaliações tecnológicas e as demandas de saúde e obstinação terapêutica em tratamentos oncológicos.

Confira no link a gravação da transmissão via Teams: <https://youtu.be/NSRxyO97kvs>



Fotografia registrada no evento.

CURSOS E EVENTOS - ABRIL | 2024

Palestra "Suprema Corte dos EUA - Estrutura, Composição e Casos mais Relevantes"



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

SUPREMA CORTE DOS EUA

ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E CASOS MAIS RELEVANTES

João Carlos Souto
Diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União

INSCRIÇÕES

QR Code

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-suprema-corte-dos-eua-estrutura-composicao-e-casos-mais-relevantes>

Dia: 23/04/2024
Horário: 10h
Local: Auditório do Edifício Antônio Fernandes Pinheiro
Avenida Alvares Cabral, 1805 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

Na manhã dessa terça-feira (23), o procurador da Fazenda Nacional e diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União (AGU), João Carlos Souto, fez palestra sobre a "Suprema Corte dos Estados Unidos da América (EUA): estrutura, composição e casos mais relevantes" no auditório do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. O procurador expôs o tema e abordou aspectos do Judiciário e da Suprema Corte inseridos no contexto da criação da Constituição Americana de 1787. O evento foi transmitido em tempo real via plataforma de reuniões online Teams.

O desembargador federal do TRF6, Boson Gambogi, presidiu a mesa dos trabalhos, representando o diretor da Escola de Magistratura do TRF6, desembargador federal Grégore Moura. A presidente da Comissão de Direito Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais (OAB-MG), Lorena Bastianetto, mediou o evento.

O palestrante é autor do livro "Suprema Corte dos Estados Unidos – Principais Decisões". Ele contou que estudava a Suprema Corte americana há mais de 30 anos e destacou a "inventividade" como principal característica da Constituição americana (atual até hoje). Souto também lembrou que a "ideia de um Judiciário

autônomo vem da Suprema Corte americana”.

Em seu livro, diversas decisões da Suprema Corte são apresentadas e esmiuçadas. Desde a pioneira *Marbury v. Madison* (1803) – que inaugurou o controle judicial de constitucionalidade no mundo – passando por outros importantes julgados e seus respectivos temas, tais como: ativismo judicial (*Brown v. Board of Education* – 1954); igualdade racial (*Dred Scott v. Sandford* – 1857); liberdade de Imprensa (*The Pentagon Papers* – 1971); aborto e privacidade (*Roe v. Wade* – 1973); prerrogativas do preso (*Miranda v. Arizona* – 1966); liberdade de expressão (*Texas v. Johnson* – 1989); conflito federativo (*McCulloch v. Maryland* – 1819); privilégios do Poder Executivo (*United States v. Nixon* – 1974) e proteção de dados de celular (*Carpenter v. United States* – 2018).

Confira no link a gravação da transmissão via Teams: <https://youtu.be/S9KqjCZjDU8>



CURSOS E EVENTOS - MAIO | 2024

Palestra e Lançamento do Livro "Teoria e Domínio do Fato - O Concurso de Pessoas na Legislação Brasileira"



LANÇAMENTO DO LIVRO

TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO

O Concurso de Pessoas na Legislação Brasileira

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-teoria-do-dominio-do-fato>

13 de maio, 2024

16h

Auditório do Edifício Antônio Fernandes Pinheiro
Avenida Álvares Cabral 1805 – Belo Horizonte/MG

Michael Procópio Avelar
Juiz Federal do TRF 1

Na última segunda-feira (13/05/2024), a Escola de Magistratura do TRF6 lançou o livro "Teoria do Domínio do Fato", uma obra do juiz federal Michael Procópio Avelar, no auditório do Tribunal. O evento foi marcado pela presença do vice-diretor da escola, desembargador federal Pedro Felipe dos Santos, que conduziu a abertura do encontro.

O livro aborda a "Teoria do Domínio do Fato", desenvolvida pelo jurista Claus Roxin. Essa teoria é fundamental no direito penal para distinguir os papéis de autor e partícipe nos crimes. A teoria ganhou notoriedade mundial, sendo aplicada em casos de alta relevância como os julgamentos do ex-presidente no Chile e do mensalão no Brasil.

Durante a apresentação, o autor destacou a importância de uma compreensão aprofundada das teorias jurídicas importadas, especialmente em casos de grande visibilidade. Ele ressaltou que, apesar das referências frequentes à teoria de Roxin, o próprio Roxin se distanciou de algumas interpretações posteriores que foram atribuídas a ele. "Quando citamos um teórico como Roxin, devemos estar rigorosamente alinhados com o verdadeiro escopo de suas ideias e o que, de fato, ele afirmou em suas obras", explicou Avelar.



Fotografia registrada no evento.

Participaram do encontro, magistrados e servidores, dentre eles os desembargadores federais, Lincoln Rodrigues de Faria e Derivaldo de Figueiredo Filho.

Confira no link a gravação da transmissão via Teams: <https://youtu.be/lygoO4VRMuQ>

CURSOS E EVENTOS - JUNHO | 2024

Seminário "Cotas Raciais e Autodeclaração - Desafios das Comissões de Heteroidentificação e o Poder Judiciário"

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

Comitê de Equidade Racial - CER/TRF6

SEMINÁRIO

COTAS RACIAIS E AUTODECLARAÇÃO

DESAFIOS DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E O PODER JUDICIÁRIO

06 de junho de 2024

14h às 18h

Avenida Álvares Cabral, 1805 - 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-cotas-raciais-e-autodeclaracao-desafios-das-comissoes-de-heteroidentificacao-e-o-poder-judiciario>

Grigório Carlos dos Santos
Juiz Federal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte/TRF6
COORDENADOR CIENTÍFICO ABERTURA

Onésio Soares Amaral
Procurador da República
Mestre em Direito UFMG
PALESTRANTE

Ana Paula Cândida Marinho
Analista Judiciário
Bacharel em Direito pela Milton Campos
PALESTRANTE

Osmane Antônio dos Santos
Juiz Federal na Subseção Judiciária de Uberlândia-MG
PALESTRANTE

Helen Cristina de Almeida Silva
Mestra em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PALESTRANTE

Prado de Vasconcelos
Desembargador Federal/TRF6
Mestrado em MCL - Master in Comparative Law - Samford University
PALESTRANTE

No dia 6 de junho, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizou em sua sede um seminário intitulado "Cotas raciais e autodeclaração: desafios das comissões de heteroidentificação e o Poder Judiciário", o qual contou com a participação de seis palestrantes, dentre eles o desembargador federal Prado de Vasconcelos e os juízes federais Osmane Antônio e Grigório Carlos. O desembargador federal Rollo d'Oliveira, presidente da Comissão de Equidade Racial do TRF6, também esteve presente e prestigiou a abertura do evento.

O seminário foi transmitido simultaneamente via plataforma Teams para um público de 120 pessoas e recebeu o apoio da Escola de Magistratura do TRF6.

Prado de Vasconcelos foi o primeiro a falar, sentado na mesa central do auditório do tribunal ao lado de Rollo d'Oliveira e Grigório Carlos (gestor do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial no TRF6 e coordenador científico do evento). "Temos todos, pois, uma excelente jornada na data de hoje para discutir cotas raciais e autodeclaração, esse tema tão conflituoso quanto instigante para a construção de uma sociedade mineira – e brasileira – com mais equidade."

Já em sua fala, Grigório Carlos refletiu sobre os impactos cotidianos do racismo na vida da população negra brasileira. "É um problema estrutural, como diz a teoria

crítica racial. É um racismo entranhado na nossa sociedade que não permite que as pessoas negras terminem o Ensino Médio, terminem a faculdade, que ascendam a um mestrado e tenham tempo para fazer doutorado."

Posteriormente, tomou a palavra a professora Helen Cristina Silva, mestra em Direito Processual pela PUC de Minas Gerais. Dentre outros temas, ela explanou sobre racismo individual, institucional e estrutural no país. "Quando o sistema de desigualdade é institucionalizado, porém de forma velada, de forma oculta, eu apanho mas não sei de onde; eu não sei como me proteger e eu também não sei como reagir a esse sistema."

O seminário foi uma realização da Escola de Magistratura do TRF6.

Confira no link a gravação da transmissão via Teams: <https://youtu.be/S9KqjCZJDU>



Palestrante Helen Cristina Silva: "A diversidade é um fato, e a gente não tem como impedir isso, não temos como afastar"

Semana Nacional dos Juizados Especiais

Semana Nacional dos Juizados Especiais

Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais - COJEF



Escola de Magistratura

Centro Local de Inteligência



PROGRAMAÇÃO

05 a 07 de junho de 2024

05
QUARTA

15h às 16h

Abertura: Desembargadora Federal Simone S. Lemos, Desembargador Federal Grégore Moura, Juíza Federal Ana Paula Rodrigues Mathias, Juízes Federais Ronaldo Santos de Oliveira e Sérgio Santos Melo

16h às 17h30min

Reflexão - "O JEF que temos. O JEF que queremos": palavra aberta para interação entre os participantes

Local: Auditório do TRF6

06
QUINTA

09h às 12h

Workshops: Temas de interesse do sistema JEF

12h às 14h

Almoço

14h às 16h

Apresentação das conclusões

16h às 18h

Apresentação de boas práticas e resultados de sua aplicação

Local: Casa de Conciliação

07
SEXTA

09h às 11h

Conversa com a AGU/INSS

11h às 12h30min

Prática/Dúvidas E-proc: Juiz Federal Pedro Henrique Lima Carvalho

Encerramento: Desembargadora Simone S. Lemos

Local: Escola de Magistratura do TRF6

Fotografia registrada no evento

Nos dias 5, 6 e 7 de junho de 2024, realizou-se a Semana Nacional dos Juizados Especiais, uma parceria entre a Escola de Magistratura do TRF6, Coordenadoria-Adjunta dos Juizados Especiais Federais - COJEF, Centro Local de Inteligência e do Iluminas.

A Semana Nacional dos Juizados Especiais tem por objetivo valorizar, dar visibilidade e aprimorar os juizados especiais e será realizada no mês de junho de cada ano, preferencialmente na primeira semana do mês.

Nesse período, tribunais e conselhos terão seu olhar voltado especificamente para sistema dos juizados especiais, explorando modelos organizacionais horizontais, ampla participação das pessoas envolvidas nas unidades judiciárias e administrativas, diálogo com atores dos juizados especiais, grandes litigantes e sociedade civil, interação entre ramos de justiça e inovação.

Curso "A Atuação dos Juizes Federais na Conciliação, na Mediação e na Justiça Restaurativa"

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

Credenciado pela ENFAM
Portaria de Credenciamento N. 142 de 16 de maio de 2024

CURSO
A ATUAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS
NA CONCILIAÇÃO, NA MEDIAÇÃO E NA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Carga horária: 20h
Transmissão via *Microsoft Teams* para os inscritos no curso

PERÍODO DE REALIZAÇÃO
13 DE JUNHO
A
05 DE JULHO
DE 2024

Abertura do Curso
13 de junho de 2024
08h às 10h

Mônica Sifuentes
Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Grégoire Moreira de Moura
Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região
Diretor da Escola de Magistratura

Pedro Felipe de Oliveira Santos
Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região
Vice-Diretor da Escola de Magistratura

Alvaro Ricardo de Souza Cruz
Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região

André Prado de Vasconcelos
Desembargador Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Kazuo Watanabe
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo

TRANSMISSÃO PELO YOUTUBE

 <https://www.youtube.com/live/c0W1eDYImSA?si=dPISxHEIXrGzSxhU>

Inscrição em nosso canal no Youtube
@EscoladeMagistradoTRF6

Fotogra

CURSOS E EVENTOS - AGOSTO | 2024

1º Congresso de Direito Previdenciário

1º CONGRESSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PALESTRANTES

9 de Agosto de 2024
09h às 18h
Auditório do Tribunal Pleno do TJMG - Avenida Afonso Pena, 4.001 - Serra - Belo Horizonte/MG

INSCRIÇÕES
<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-i-congresso-de-direito-previdenciario>

Dr. Marcelo Barroso
Mestre e Doutor, Advogado, Procurador do Estado e professor da FUMEC

Dra. Evelise Paffetti
Procuradora Federal na Advocacia-Geral da União (AGU)

Dra. Amanda Faria
Advogada Especialista em Direito Previdenciário, Mestre, Diretora de Atuação Judicial do IEPREV

Dr. Marcos Brito
Advogado Especialista em Direito Previdenciário, Presidente da Comissão Estadual de Direito Previdenciário da OAB/MG

Dr. Ivanir Ireno
Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Dr. Rafael Porto
Juiz Federal Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belo Horizonte - MG, Mestre em Direito Previdenciário

Dra. Rafaela Coame
Advogada Especialista em Direito Previdenciário, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário

Dr. Nazário Nicolau
Advogado sócio da Brito Campos, Ribeiro & Gonçalves, Mestre em Direito Público pela Universidade FUMEC

A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) promoveu, na sexta-feira (9/8), em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG), o 1º Congresso de Direito Previdenciário.

A mesa de abertura do evento, realizado no auditório do TJMG, foi composta pelo superintendente adjunto da Ejef, desembargador Maurício Pinto Ferreira, representando o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Saulo Versiani Penna; pelo desembargador federal do TRF6, Boson Gambogi, e pelo coordenador científico do Congresso, juiz federal Rafael Vasconcelos Porto, da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal e Extrajudicial de BH.

Na abertura do evento, o desembargador Maurício Pinto Ferreira afirmou ser uma honra sediar o Congresso. "É muito importante para nós debater sobre aposentadorias, sistemas de aposentadorias, sistemas previdenciários, tanto de magistradas e magistrados, quanto de servidoras e servidores do nosso Tribunal e da Justiça Federal".

A palestra de abertura sobre "Aspectos de destaque no planejamento

previdenciário dos agentes públicos: Regime Geral, Próprio e Complementar" foi ministrada pelo procurador do Estado Marcelo Barroso Lima Brito de Campos. O debatedor foi o desembargador do TJMG, Moacyr Lobato de Campos Filho, que ressaltou a importância da temática. "A realização do Congresso é uma iniciativa histórica, como disse o professor Marcelo Barroso. Destaco ainda o orgulho que temos da realidade do TRF6, com ações conjuntas com nosso Tribunal", disse.

O desembargador Moacyr Lobato falou sobre seus mais de 41 anos de serviço público e sobre como vivemos uma realidade diferente, que exige planejamento da aposentadoria. Segundo ele, é preciso também dar atenção à ideia de "finitude da vida": "O tempo passa e é preciso que se tenha cuidado e que os profissionais, que cuidam dessa matéria, estejam cada vez mais habilitados, capacitados para tais demandas. A importância que se dá a uma matéria como essa é de absoluta importância", afirmou.



Crédito: Cecília Pederzoli/ TJMG

O 1º Congresso de Direito Previdenciário contou com outras oito palestras: "A avaliação Biopsicossocial do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência – Questão para avaliação judicial", ministrada pela procuradora federal Evelise Pafetti, da Advocacia-Geral da União (AGU); "A dupla vulnerabilidade do Regime

Geral da Previdência Social (RGPS) na era cibernética", pela diretora do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários (Ieprev), advogada Amanda Michelle Faria Araújo Mapa; "Aposentadoria Especial", pelo presidente da Comissão Estadual em Direito Previdenciário da OAB-MG, advogado Marcos Brito; "O uso de tempo remoto pelo trabalhador rural e suas variantes", pelo juiz federal Ivanir César Ireno Júnior, da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do TRF6; "Proteção previdenciária à mulher rural", pelo juiz federal do TRF6 Rafael Vasconcelos Porto; "Segurado social", com a vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Rafaela Lopes de Melo Cosme; e "Regime Próprio do Servidor Público Civil do Estado de Minas Gerais", com o advogado Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria, especializado em Regimes Próprios de Previdência Social, que teve como debatedor o juiz titular da 1ª Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente (Vecca) de Belo Horizonte, Paulo César Mourão Almeida.

Para o juiz Paulo César Mourão de Almeida, a questão previdenciária assume cada vez mais importância na vida das pessoas. "Tanto para aquelas que estão sujeitas ao regime geral do INSS quanto para servidoras e servidores públicos, sujeitos ao regime próprio. Fica evidente que aquilo que servia há 20, 30 anos já não atende mais às necessidades de equilíbrio do sistema previdenciário. Assim, é importante todos saberem seus direitos e o regime em que estão inseridos para se precaverem e planejarem o quanto antes a sua aposentadoria", afirmou.

Seminário Digitalização dos Tribunais

A Escola de Magistratura em parceria com o Instituto Vítor Nunes Leal e do IBMEC, realizaram no dia 12 de agosto de 2024 o Seminário "Digitalização dos Tribunais", que reuniu especialistas em direito, tecnologia e segurança da informação para debater os desafios e oportunidades da transformação digital no sistema judiciário brasileiro.

A programação do evento incluiu workshops, painéis e sessões de networking, oferecendo uma rica troca de conhecimentos e experiências entre os participantes. Contando com a presença de renomados palestrantes que compartilharam suas perspectivas sobre temas de extrema relevância.

Os participantes tiveram a oportunidade de se aprofundar em questões cruciais para o futuro do judiciário, como a importância da segurança de dados na era

digital e as melhores práticas para proteger informações sensíveis. O painel sobre transformação digital no judiciário destacou como a tecnologia pode melhorar a eficiência dos tribunais e facilitar o acesso à justiça.

DIGITALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS

12 DE AGOSTO
IBMEC BH
(R. RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS)

PROGRAMAÇÃO:

- 17H00 – 18H30: WORKSHOP: PROTEÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS
- 19H00 – 19H10: ABERTURA DO SEMINÁRIO
- 19H10 – 20H40: PAINEL 1: SEGURANÇA DE DADOS
- 20H40 – 21H00: INTERVALO
- 21H00 – 22H30: PAINEL 2: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO JUDICIÁRIO

COFFEE **WORKSHOP** **PALESTRAS** **NETWORKING**

INSCREVA-SE:

DIGITALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS

12 DE AGOSTO 17H
IBMEC BH
(R. RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS)

DIGITALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS

12 DE AGOSTO 19H
IBMEC BH
(R. RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS)

DIGITALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS

12 DE AGOSTO 19H10
IBMEC BH
(R. RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS)

DIGITALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS

12 DE AGOSTO 21H
IBMEC BH
(R. RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS)

Seminário de Inteligência Artificial

Na tarde desta quarta-feira (28/8/2024), o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) promoveu o seminário “Inteligência Artificial” no auditório do TRF6 em Belo Horizonte. No total, seis palestrantes discutiram o tema durante toda a tarde. O presidente do TRF6, desembargador federal, Vallisney Oliveira e o secretário-geral, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento compareceram ao evento.

Além deles, estavam presentes o diretor da Escola de Magistratura, desembargador federal Grégore de Moura(que abriu o encontro) e o vice-diretor, desembargador federal Pedro Felipe Santos. Os desembargadores Lincoln Faria e

Derivaldo de Figueiredo também participaram do seminário.

O procurador do município de Rio Largo (AL), Bernardo Leopardi Gonçalves Barreto Bastos, falou sobre o tema "Impactos da Inteligência Artificial: das funções jurídicas à sociedade".

Em seguida, o doutorando em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), João Macedo, discorreu sobre o tema "Inteligência Artificial em Perícias de Informática".

Ficou a cargo da engenheira de dados, Érika Nagamine, palestrar sobre "Inteligência Artificial Generativa: como utilizar de forma individualizada e personalizada".

SEMINÁRIO
Inteligência Artificial

28 de agosto de 2024
14h às 18h
Auditório do TRF6 - Avenida Alvares Cabral, 1805 -
2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de
Magistratura

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-inteligencia-artificial>

O tema "Aplicação de Inteligência Artificial na Análise de jurisprudência: como Inteligência Artificial pode ajudar na análise de grandes volumes de decisões judiciais, identificados padrões e precedentes relevantes" foi abordado pelo Engenheiro de Computação, Leandro Del Busso Domingues.

Além disso, também proferiram palestras o Especialista em Engenharia de Sistemas e Oficial de Carreira e Militar do Exército, Onédio Siqueira Seabra Júnior e o coordenador de Segurança da Informação e Defesa Cibernética no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Leandro Gabriel Bastos Ferreira. Eles falaram

respectivamente sobre os temas da "Integração da Inteligência Artificial na Defesa Nacional: Estratégias e Impactos" e a "Segurança na utilização de inteligência artificial nas organizações".

O diretor da Escola de Magistratura do TRF6, desembargador federal Grégore Moura, enfatizou que o seminário teve o papel fundamental de iniciar o debate sobre inteligência artificial dentro do Judiciário. "Esse seminário trouxe inovações e modernidades na visão dos profissionais de Tecnologia e não do Jurídico. Então, nós pudemos aprender com o pessoal da Tecnologia em como aplicar isso aqui no Tribunal e na área jurídica como um todo", explicou o diretor da Escola de Magistratura.



Fotografia registrada no evento.

O procurador do município de Rio Largo (AL), Bernardo Leopardi Gonçalves Barreto Bastos, classificou o evento promovido pelo TRF6 como "revolucionário" e disse o tema da inteligência artificial exige bastante atenção da sociedade em geral. Ele foi o primeiro palestrante do dia.

Ao todo, 202 pessoas inscreveram-se para o evento.

A inteligência artificial (IA) tem se tornado cada vez mais importante em diversas áreas, e sua relevância está crescendo à medida que a tecnologia avança. No entanto, ela também vem acompanhada de desafios, como preocupações com privacidade, ética e impacto no mercado de trabalho. É essencial abordar esses desafios de maneira equilibrada para maximizar os benefícios da IA e mitigar seus possíveis riscos.

CURSOS E EVENTOS - SETEMBRO | 2024

Palestra e Lançamento do Livro "Corrupção Transnacional", Desafios para Aplicação Extraterritorial da Lei 12.846/2013



PALESTRA E LANÇAMENTO DO LIVRO

Corrupção Transnacional

Desafios Para Aplicação Extraterritorial Da Lei 12.846/2013

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-corrupcao-transnacional>

27 de setembro de 2024

17h

Presencial no Auditório do TRF6 - Avenida Alvares Cabral, 1805 - 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

Com transmissão via Microsoft Teams
Link disponibilizado via email aos inscritos

Dr. Gustavo Baião Vilela
Juiz Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Jornada sobre Direito e Inteligência Artificial no Parlamento da Andaluzia

A Universidade de Sevilha e o Parlamento de Andaluzia sediaram um destacado evento internacional sobre Direito e Inteligência Artificial, parte de uma série de jornadas que estão sendo realizadas desde o dia 30 de setembro até 4 de outubro, em Sevilha, intituladas Inteligência Artificial, Gestão Pública e Cooperação Internacional: Desafios Jurídicos para o Futuro.

O evento, ocorrido na Sala Alberto Jiménez-Becerril, foi aberto no dia 30 de setembro pelo secretário-geral da Câmara da Andaluzia, Manuel Carrasco, que esteve acompanhado por Alberto Pena Fernández, do Centro Europeu para a Transparência Algorítmica, Clarise Calisto, secretária-geral da Advocacia-Geral do Brasil, e Grégore Moura, desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), de Minas Gerais.

Após a abertura, foi realizada a conferência inaugural A Constituição do

Algoritmo, ministrada por Francisco Balaguer Callejón, professor de Direito Constitucional da Universidade de Granada.



Crédito: Parlamento da Andaluzia

O desembargador Grégore Moura destacou sua participação no evento: “Com um público altamente qualificado, tive a honra de palestrar no Ilustre Colegio de Abogados de Sevilla sobre Inteligência Artificial e Administração Pública, abordando os desafios globais como desinformação, polarização e cibersegurança”. Moura apresentou algumas propostas, com destaque para a “educação digital e a transparência algorítmica”. O debate ocorreu junto à professora catedrática de Direito Constitucional, Dra. Ana Carmona, da Universidade de Sevilha. Para Grégore Moura, foi uma “excelente troca de experiências ao compartilhar as ideias do Direito brasileiro e europeu”.

Também participam da Jornada sobre Direito e Inteligência Artificial na Andaluzia os juízes federais Alexandre Ferreira Infante Vieira, Anna Cristina Rocha Gonçalves, Gabriela de Alvarenga Silva Lipienski e Geneviève Grossi Orsi, além dos desembargadores federais Prado de Vasconcelos e Luciana Pinheiro Costa.



Crédito: Parlamento da Andaluzia

A participação da Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região no evento realizado no Parlamento da Andaluzia foi de fundamental importância para promover a troca de conhecimentos e experiências jurídicas em um contexto internacional. Esse encontro não apenas reforçou o compromisso da instituição com a atualização e formação continuada de seus magistrados, mas também proporcionou um espaço valioso para discutir questões emergentes relacionadas ao Direito e à Inteligência Artificial, permitindo que os participantes pudessem dialogar sobre desafios globais e melhores práticas. Essa colaboração internacional fortalece a integração entre sistemas jurídicos e enriquece a formação dos profissionais do Direito, contribuindo para um futuro mais eficaz e transparente na administração da justiça.

CURSOS E EVENTOS - OUTUBRO | 2024

Seminário Justiça Multiportas

A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou no dia 3 de outubro o seminário Justiça Multiportas, com o objetivo de promover uma reflexão sobre o sistema brasileiro de acesso à Justiça. A mesa foi composta pelo presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, pelo desembargador federal, Edilson Vitorelli, pelo juiz federal, Gláucio Maciel, e pelo palestrante e especialista no assunto, o professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Fredie Didier Junior.

O evento contou com 215 pessoas inscritas e a gravação ficará disponível no YouTube do TRF6. Também participaram do seminário os desembargadores federais Lincoln Rodrigues de Faria, Mônica Sifuentes, o secretário-geral do TRF6, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento e a juíza federal em auxílio à Presidência, Ana Paula Rodrigues.

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, abriu o evento e destacou a importância da discussão do sistema Multiportas para o judiciário e para os operadores do direito. “Quero parabenizar a Escola da Magistratura por trazer um grande processualista para o TRF6. Essa troca de experiências sobre os assuntos da Justiça, dos juízes, dos advogados e do jurisdicionado é muito útil para o crescimento profissional dos servidores do Tribunal”, disse o presidente.

O desembargador federal, Edilson Vitorelli, coordenador do evento, observou que há algum tempo o Judiciário vem discutindo cada vez mais o impacto de outros mecanismos de solução nos conflitos sobre a jurisdição. “Não dá mais pra gente pensar em resolver conflito só com processo, só com decisão, só com julgamento de recurso. Processo hoje é um dos caminhos pra gente solucionar os diversos conflitos que se colocam para a jurisdição”, enfatizou.

Vitorelli explica que a Justiça Multiportas está muito presente na resolução dos conflitos atualmente. “A gente tem comissão de Justiça Restaurativa, de soluções consensuais, de processos estruturais e tudo isso repercute no modo como a gente encara a própria resolução dos conflitos, que tradicionalmente era só resolvida de forma individual, atomizada, e hoje vem se ampliando para muitos outros aspectos”, observou.

O desembargador exemplificou com o caso do desastre de Mariana. “Nós temos hoje, talvez aqui no Tribunal, o maior caso do país, que é o caso de Mariana, até então conduzido pelo desembargador federal Ricardo Rabello, nosso vice-presidente, e agora pela desembargadora federal Mônica Sifuentes. É um caso em que nós temos diversos aspectos civis, criminais, coletivos e individuais que têm sido tratados pelo tribunal de múltiplas maneiras”, explicou.

Justiça Multiportas

A Justiça Multiportas significa uma evolução no sistema de Justiça brasileiro. Com ela o Poder Judiciário deixou de ser a única opção para a resolução de disputas, trazendo outras alternativas para a solução de conflitos, como a mediação, a conciliação e a arbitragem. O objetivo é oferecer um meio mais adequado e eficaz para cada tipo de questão a ser resolvida, integrando diferentes métodos que possam ser aplicados conforme a especificidade da situação. O foco é facilitar o acesso à justiça, descomplicando processos e promovendo soluções mais rápidas e menos onerosas para os envolvidos, descongestionando o sistema judiciário tradicional, sempre sobrecarregado por um grande volume de processos.

O professor Didier destacou em sua palestra a importância do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na articulação das diversas portas da Justiça existentes hoje no Brasil. “Com a Resolução nº 125/2010 do CNJ, foram estabelecidas diretrizes para a implementação e aplicação das técnicas autocompositivas pelos tribunais em todo o país. Hoje o CNJ é o grande articulador da política pública e se tornou um agente regulador do sistema de Justiça, indo muito além do seu caráter

correicional inicial”, afirmou.

Sobre as diversas portas da Justiça, Didier explicou que o Brasil foi construindo ao longo da sua história várias infraestruturas dedicadas à solução de problemas, chamadas por ele de serventias judiciais. “No poder Judiciário você tem as câmaras arbitrais de mediação, as agências reguladoras, a justiça desportiva, os tribunais administrativos, os tribunais de contas. Então, você tem inúmeras infraestruturas que são as portas para resolver problemas jurídicos. O sistema evolui ainda hoje e está próximo de um patamar ideal”, falou Didier.

Para Didier, o sistema Multiportas faz com que o direito fique mais acessível. “Teoricamente sim, Mas a gente teria que fazer uma pesquisa para entender em que medida o cidadão consegue perceber que ele tem vários caminhos para onde ir, para ver se isso está bem assimilado pelo cidadão”, concluiu.

Assita a entrevista no link abaixo:

<https://youtu.be/-xih-Fo43Ro?si=-F8oHhj8QFfLLiWg>



Fotografia registrada no evento.

Workshop Controle de Convencionalidade e Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos

A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), em parceria com o Centro de Excelência Jean Monnet (União Europeia)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) realizou, no dia 7 de outubro, o Workshop “Controle de Convencionalidade e Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos – Aplicação prática/comparada e competência da Justiça Federal”. O evento contou com os especialistas no assunto, professor doutor Márcio Luís de Oliveira e professora doutora Carla Ribeiro Volpini Silva, ambos do Centro de Excelência Jean Monnet da UFMG, que abordaram o tema do controle de convencionalidade como instituto jurídico garantidor da compatibilidade das

normas internas do país com as convenções (tratados) dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos e sua inter-relação com o sistema jurídico brasileiro. Os professores falaram também sobre a função e a atuação do poder judiciário na efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil perante a sociedade internacional. O evento contou com mais de 200 pessoas inscritas e a gravação ficará disponível no YouTube do TRF6.

The poster features a central image of hands holding a glowing globe. At the top, logos for JUSTIÇA FEDERAL (Tribunal Regional Federal da 6ª Região), Escola de Magistratura, UFMG (10 ANOS), and the Erasmus+ Chair Jean Monnet Programme of the European Union are displayed. The main title is 'Controle de Convencionalidade e Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos', with a subtitle 'aplicação prática/comparada e competência da Justiça Federal'. The event is scheduled for 7 de outubro de 2024 at 14h, held at the Auditorio do TRF6. Two speakers are listed: Prof. Dr. Marcio Luis and Prof. Dra. Carla Volpini. A QR code and registration link are provided at the bottom left.

WORKSHOP

Controle de Convencionalidade e Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos

aplicação prática/comparada e competência da Justiça Federal

7 de outubro de 2024

14h

Presencial no Auditório do TRF6 - Avenida Alvares Cabral, 1805 - 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-o-controle-de-convencionalidade-e-o-sistema-internacional-de-direitos-humanos-aplicacao-praticacomparada-e-competencia-da-justica-federal>

Prof. Dr. Marcio Luis
Professor Associado de Direito Constitucional do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. Doutorado e Mestrado em Direito pela UFMG. Pesquisador do Centro de Excelência Europeu Jean Monnet-UFMG. Professor-Colaborador na Universidad Complutense de Madrid, Espanha (2019). Professor-Colaborador na The Hague University of Applied Sciences, Países Baixos/Holanda (2018-2019).

Prof. Dra. Carla Volpini
Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Centro de Excelência Jean Monnet da UFMG. Chefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. Doutora em Direito Público e Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Estiveram presentes o juiz federal do TRF6, Gláucio Maciel, o juiz federal substituto da 4ª Vara Cível de Belo Horizonte, Vinícius Cobucci, e o diretor da Escola de Magistratura do TRF6, Grégore Moreira de Moura, que avaliou o evento como uma contribuição para trazer mais conhecimento à comunidade jurídica do TRF6 a respeito da inter-relação entre os sistemas jurídicos nacional e internacional. “É importante discutir o direito internacional, que está dentro das atribuições da Justiça Federal, principalmente quando temos a discussão de crimes relacionados a tratados internacionais, por exemplo, a lei de tráfico internacional de drogas, entre outras. E também é uma oportunidade para discutir a convencionalidade, que é um assunto relativamente novo, que insere a discussão do direito internacional dentro de um mundo globalizado. Hoje temos que lidar não só com as normas internas, mas também com as normas das convenções das quais o Brasil participa na seara dos direitos humanos”, declara Grégore Moura.



Fotografia registrada no evento.

O juiz federal Vinícius Cobucci, que organizou o evento, explicou que “a iniciativa é uma tentativa de aproximação da academia, no caso a UFMG, com um programa de excelência em pós-graduação, com o TRF6, trazendo essa experiência para a realidade dos magistrados”. Cobucci ressalta que o tema - direitos humanos - tem ganhado mais importância após resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tratam sobre a necessidade de se observar as decisões

da Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos tribunais e juízes nacionais. “Inclusive o CNJ determinou a criação de uma unidade de monitoramento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eu sou um dos membros da comissão que foi criada para isso no âmbito do Tribunal e o juiz federal Gláucio Maciel é o presidente da comissão”, explica Cobucci. O magistrado explica ainda que o tema do workshop, além de importante, é muito recente, e requer maior aprofundamento teórico a respeito do conceito de controle de convencionalidade. Também é necessário conhecer mais a jurisprudência – os casos internacionais – para que os juízes possam aplicá-la no Brasil. “A ideia é então começar essa discussão aqui no TRF6, e seguir aprofundando o assunto”, comenta Cobucci.

Controle de convencionalidade e os sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos

O professor Márcio Luís de Oliveira, que leciona direito Constitucional e Internacional na UFMG, abordou a relação entre os controles de constitucionalidade e convencionalidade nos sistemas internos dos países e sua relação com os tratados e sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. “São sistemas para proteção das pessoas e grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Há o sistema global da Organização das Nações Unidas (ONU) e os sistemas regionais e continentais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros. Atualmente há muitas discussões envolvendo violações de direitos fundamentais e direitos humanos, um tema cada vez mais relevante, pois, infelizmente, a humanidade ainda não aprendeu a se respeitar”, afirma o professor.

O professor explicou durante a palestra que depois da 2ª Guerra Mundial o mundo se organizou em sistemas protetivos dos direitos humanos: os sistemas nacionais e os internacionais (global e regionais). “Em relação aos sistemas nacionais, eles vêm se aprimorando ao longo dos anos, aproximando os direitos fundamentais aos direitos humanos, que são convergentes”, afirmou. Em relação ao direito internacional e à

soberania dos países, os Estados Nacionais não podem violar direitos fundamentais acordados nos tratados internacionais. “Alguns estudiosos dizem haver primazia do direito interno nacional sobre o internacional, mas há os que pensam ao contrário. Essa dualidade vem sendo superada e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) caminha no sentido de que é preciso superá-las em favor dos direitos humanos”, observa.

Oliveira destaca que, nos Estados, os parâmetros para a tomada de decisões e para a validação das normas são as constituições. “Em paralelo, há as convenções internacionais, que são parâmetros para a validação também de normas, em perspectivas convergentes”, comparou.

Análise de alguns casos

A professora Carla Ribeiro Volpini Silva, que apresentou em seguida, abordou uma perspectiva internacional do controle de convencionalidade, detalhando alguns casos julgados na Corte Interamericana de Direitos Humanos desde 2001. Foram casos de assassinatos e outras violações de direitos humanos que aconteceram durante períodos de ditaduras militares em diversos países da América Latina, entre eles, o caso Barrios Alto, no Peru, o caso Myrna Mack Chang, na Guatemala e o caso Almonacid Arellano, no Chile.

“A Corte Interamericana vem aos poucos elaborando e aprimorando o conceito e o instituto do controle de convencionalidade e, nessa perspectiva, vem afirmando que o Estado, por suas instituições jurídicas internas, deve realizá-lo também de modo que essas situações de violação aos direitos humanos não se repitam mais”, afirmou.



Fotografia registrada no evento.



Fotografia registrada no evento.

Volpini completa que o controle de convencionalidade é um exercício de verificação de compatibilidade de normas do direito interno de um país com o direito internacional em matéria de direitos humanos. “O Estado brasileiro ratificou uma série de tratados internacionais sobre direitos humanos e o que se entende a partir da concepção da Corte Interamericana é que essas convenções devem ser observadas e aplicadas em

convergência com as normas do direito interno do Brasil”, concluiu Volpini.

Seminário 200 Anos do Constitucionalismo no Brasil e o Papel das Cortes Constitucionais na Democracia

SEMINÁRIO

200 Anos de Constitucionalismo no Brasil:

o papel das cortes constitucionais na democracia

08 de outubro de 2024

14h às 16h

Presencial no Auditório do TRF6 - Avenida Álvares Cabral, 1805 - 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-200-anos-de-constitucionalismo-no-brasil-o-papel-das-cortes-constitucionais-na-democracia>

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

Marjorie Marona
Mestre em Direito e Doutora em Ciência Política pela UFPA; Professora e Coordenadora do Observatório da Justiça no Brasil e na América Latina

Emilio Peluso Neder
Professor, Associado de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFPA, Mestrado e Doutorado pela mesma instituição

Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto
Juiz Federal e Mestre em Direito

Paulo Alkmin Costa Júnior
Juiz Federal, Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Mestrado em Direito e Doutorado em Ciência Política pela mesma instituição

A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou no dia 8 de outubro o seminário “200 anos de Constitucionalismo no Brasil:

o Papel das Cortes Constitucionais na Democracia”. O objetivo foi promover uma análise do constitucionalismo no Brasil com ênfase no papel desempenhado pelas cortes constitucionais na consolidação e manutenção da democracia. Os palestrantes convidados foram a doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora do Observatório de Justiça no Brasil e na América Latina, Marjorie Marona; o professor de Direito Constitucional na UFMG, Emilio Peluso Neder Meyer; o juiz federal do TRF6, Marcelo Eduardo Rossito Basseto e o juiz federal do TRF6, Paulo Alkmin Costa Júnior. O evento contou com mais de 200 pessoas inscritas e a gravação ficará disponível no YouTube da Escola de Magistratura.

A primeira Constituição brasileira foi a Constituição de 1824, outorgada pelo imperador Dom Pedro I. O imperador dissolveu a Assembleia Constituinte formada em 1823 que estava elaborando uma outra constituição estabelecendo limites para seu poder, colocando-o como sujeito às decisões tomadas pelo Legislativo. Além disso, essa Carta, se aprovada, não permitiria que portugueses ocupassem cargos na política brasileira. Insatisfeito com os rumos que as coisas estavam tomando, Dom Pedro I, após dissolver a Assembleia Constituinte com o apoio do Exército, impôs seu próprio projeto, que assim se tornou a primeira Constituição do Brasil.



Fotografia registrada no evento.

Ao longo dos anos as constituições foram se sucedendo na história do Brasil, de acordo com as necessidades da sociedade da época e também como reflexo dos grupos políticos no poder no momento. E assim também aconteceu com o funcionamento das cortes constitucionais. “Esse conhecimento e discussão é muito importante num momento em que as cortes constitucionais têm sido tão

questionadas, não somente no Brasil, mas também em outros países. Abordo em minha fala nesse seminário sobre como o populismo liberal por vezes antagoniza com as forças constitucionais, tendo dificuldade de aceitar que elas façam esse papel de freio e contrapeso em relação aos demais poderes da república, pelo fato de que o populismo liberal tende a concentrar na figura do chefe do Executivo a legitimidade do exercício da interpretação da Constituição pelo fato dele ter sido eleito pelo povo”, explica o juiz federal Paulo Alkmin Costa Júnior.



Fotografia registrada no evento.



Fotografia registrada no evento.

1937 foi de um período autoritário, e portanto não esteve efetivamente em vigência; a de 1946 com a redemocratização; a de 1967 dentro de outro período autoritário, e finalmente a de 1988, que com o restabelecimento do período democrático, é de extrema relevância. A ideia de uma constituição para organizar o funcionamento da sociedade é algo extraordinário para qualquer país”, analisa.

O juiz federal Marcelo Eduardo Rossito Basseto entende que a atual constituição se mantém razoavelmente preservada em relação aos direitos fundamentais, embora tenha sofrido modificações, como em relação ao direito Previdenciário, entre outros aspectos. “Quando pensamos no tempo histórico vemos a evolução. Em 1891 tivemos uma Constituição Republicana; em 1834, uma Constituição com direitos sociais sendo inseridos; a de



Fotografia registrada no evento.

O professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG, Emilio Peluso Neder Meyer falou sobre “As Cortes Constitucionais e o Liberalismo: Modelos de Enfrentamento”. Ele focou sua palestra na atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e destacou dois recortes de tempo distintos da atuação da Corte Suprema brasileira: 2014 a 2018, e 2018 a 2022. “A performance do STF de 2014 a 2018 foi marcada por atuações que

contribuíram para um quadro de instabilidade política no país”, observou Neder Meyer, que cita o “lavajatismo” como uma das pautas que caminharam nesse sentido, entre outros casos da época, que culminaram com o Impeachment. “Já de 2018 a 2022, com a entrada do governo Bolsonaro, o STF assume uma postura mais reativa, pois a Corte passa a ser objeto de ataques do Executivo”, analisa.

A doutora em Ciência Política, professora Marjorie Marona, abordou o tema “Os donos do Supremo? A trajetória institucional da presidência da mais alta Corte do país”. Marona fez um histórico da atuação do Supremo ao longo dos anos, e destacou que inicialmente a presidência da Corte tinha um papel cerimonial e burocrático. Todavia, ao longo dos anos o cargo foi ganhando influência



Fotografia registrada no evento.

política. “Com o tempo, o STF foi estabelecendo diálogo com os demais poderes e se colocando como um interlocutor da sociedade, e acaba se tornando uma ‘caixa de ressonância dos anseios da população”, afirma. Para chegar a essa conclusão, o grupo de pesquisa de Marona fez um levantamento das agendas dos presidentes do STF, e assim pôde observar diferentes estilos de representação institucional conforme os compromissos e encontros do presidente do STF ao longo de seu mandato. “A pesquisa mostra nos últimos anos uma crescente preocupação do STF com a governabilidade. Também houve uma maior abertura para atores e questões

sociais”, avalia.

Marona também destacou que os países da América Latina e em especial o Brasil passaram por diversos percalços políticos que colocaram em risco a estrutura democrática constitucional. “Nesse sentido a Constituição assume um papel ainda mais relevante e estrutural para a Democracia. Por isso é sempre bom revisitar sob o ângulo das ciências política e jurídica essa nossa lei maior que é a Constituição de 1988 e pensar também sobre o constitucionalismo no Brasil. É preciso colocar em perspectiva sobre como chegamos até aqui e como podemos fazer daqui para frente para manter todo o legado positivo da Constituição de 1988”, conclui.

■ Lançamento da 2ª Edição da Revista do Tribunal Regional da 6ª Região

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

LANÇAMENTO
2ª Edição da Revista
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

10 de outubro de 2024

17h

Presencial no Plenário do TRF6 - Avenida Álvares Cabral, 1741 - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) apresentou no dia 10 de outubro a segunda edição da Revista do TRF6, no plenário do Tribunal. A publicação foi lançada em formato eletrônico, apresentada em um pen drive que traz as duas edições da revista, com uma proposta mais ecológica e podendo alcançar um público ainda maior. “Tecnologia e modernidade movem a Escola de Magistratura do TRF6”, celebrou o desembargador federal e diretor da

Escola de Magistratura do TRF6, Grégore Moreira de Moura. “O objetivo da revista é reunir academia, Tribunal, juristas e sociedade civil, compartilhando conhecimentos e experiência jurídica”, completa o desembargador.



Fotografia registrada no evento.

Com periodicidade semestral, a revista tem como objetivo divulgar artigos científicos com foco no direito aplicado, e também traz temas das ciências interdisciplinares, como filosofia, antropologia, ciência política, sociologia, psicologia, entre outras do painel das ciências humanas. Os artigos são selecionados por critérios de relevância, pertinência e maturidade no trato da matéria. A revista inclui ainda julgados relevantes do TRF6.

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, destacou que a revista é um patrimônio do TRF6, bem como a Escola de Magistratura. “A revista é um veículo de divulgação do pensamento dos juízes, dos desembargadores, dos servidores e de pessoas que colaboram



Fotografia registrada no evento.

com ela, como os professores e juristas que contribuíram para esses dois números”, declarou o presidente.

Mudança na Escola de Magistratura

A atual diretoria da Escola de Magistratura está em fim de mandato, após dois anos sob a direção do desembargador Grégore Moreira de Moura e do vice-diretor, o desembargador Pedro Felipe de Oliveira Santos. Em breve a direção da Escola passará para os desembargadores Mônica Sifuentes como diretora, e Lincoln Rodrigues de Faria, como vice-diretor.



Fotografia registrada no evento.

O desembargador Grégore de Moura fez um balanço de sua gestão. “Estou encerrando o ciclo com a avaliação de que foi um período muito produtivo para o tribunal, com grandes desafios. Construimos a escola normativamente e também organizamos a parte física, deixando essas conquistas como um legado. Eu acredito que nós atingimos com toda nossa equipe uma excelência na Escola de Magistratura do Tribunal”, celebra o desembargador.

O diretor lembrou que foram 51 eventos ao longo do período, com mais de 2 mil pessoas capacitadas. “Nós tivemos ministros do STJ, tivemos grandes professores, juristas de renome no Brasil, palestrantes internacionais, justamente para consolidar esse conhecimento e também para gerar uma responsabilidade social da escola junto à sociedade civil de Minas Gerais”, concluiu o desembargador Grégore de Moura.

Palestra Patrimônio Cultural no Direito Nacional e Internacional

A palestra Patrimônio Cultural no Direito Nacional e Internacional, abordou as questões relativas à proteção do patrimônio cultural imaterial e material, bens indígenas, o papel da unesco e como os tribunais podem agir.

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

PALESTRA

Patrimônio Cultural no Direito Nacional e Internacional

11 de outubro de 2024 14h30

Presencial no Auditório do TRF6 - Avenida Álvares Cabral, 1805 - 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-patrimonio-cultural-no-direito-nacional-e-internacional>

Lucas Carlos Lima
Professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Direito Internacional pela Università degli Studi di Macerata (Itália)

Lucas Lixinski
Professor at the Faculty of Law & Justice, UNSW Sydney. He holds a PhD in International Law from the European University Institute (Florence, Italy)



Lucas Carlos Lima

Lucas Carlos Lima é professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Direito Internacional pela Università degli Studi di Macerata (Itália). Professor visitante na Université Paris I Panthéon Sorbonne, na Université Paris II Panthéon Assass e na Chinese University of Political Science and Law. É Coordenador do Grupo de Pesquisa em Cortes e Tribunais Internacionais CNPq/UFMG e estuda, além do direito internacional ambiental, a aplicação do direito internacional por cortes nacionais.

Lucas Lixinski é Professor na Faculdade de Direito e Justiça da UNSW Sydney. Antes de ingressar na UNSW, foi Bolsista de Pós-Graduação no Centro Bernard e Audre Rapoport para Direitos Humanos e Justiça da Universidade de Texas School of Law. Ele possui um doutorado em Direito Internacional pelo Instituto Universitário Europeu (Florença, Itália), um mestrado em Direito dos Direitos Humanos pela Universidade Central Europeia (Budapeste, Hungria) e uma graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto

Alegre, Brasil). Ele pesquisa e ensina em diversas áreas do direito internacional, principalmente direito internacional do patrimônio cultural e direito internacional dos direitos humanos. É membro do Conselho de Editores da ESIL Reflections, do International Journal of Heritage Studies, do International Journal of Cultural Property, do Santander Art and Culture Law Review e do European Convention on Human Rights Law Review. Além disso, é cofundador e editor do International Law Agendas, um blog da Seção Brasileira da Associação Internacional de Direito, dedicado às interações do Sul Global com o direito internacional.



Lucas Lixinski

Seminário Criação Judicial do Direito e Segurança Jurídica

SEMINÁRIO

Criação Judicial do Direito e Segurança Jurídica

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura

16 de outubro de 2024

16h

Online com transmissão via Microsoft Teams

INSCRIÇÕES

<https://educs.enfam.jus.br/inscricao-criacao-judicial-do-direito-e-seguranca-juridica>

Murilo Stratz
Advogado da União lotado na Procuradoria-Regional da União - 2ª Região. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade do Minho (Portugal)

Caio Augusto Souza Lara
Pró-Reitor de Pesquisa da Escola Superior Dom Helder Câmara, Graduado, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

O seminário Criação Judicial do Direito e Segurança Jurídica, teve como intenção o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos participantes na criação judicial do

direito e a segurança jurídica, abordando o papel do judiciário na conformação de normas.



Murilo Stratz

Murilo Stratz é Advogado da União lotado na Procuradoria-Regional da União - 2ª Região (PRU/2/RJ), doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade do Minho (Portugal) e doutorando em Direito Público na Universidade de Bordeaux (França). Mestre em Teorias Jurídicas Contemporâneas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduado em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB) e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador

acadêmico, na Escola da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro (EAGU/RJ), de Direito Processual e Métodos Alternativos de Solução de Conflitos. Professor convidado dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu da Escola Central da AGU, em Advocacia Pública, e da UERJ, em Direito Processual Civil e em Advocacia Pública. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Revisor (parecerista) ad hoc da Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Revista Brasileira de Arbitragem (RBA). Pesquisador junto ao “Laboratório de Justiça - JusLab”, vinculado ao Centro de Investigação em Justiça e Governança (JusGov) da Universidade do Minho.

Caio Augusto Souza Lara é Pró-Reitor de Pesquisa da Escola Superior Dom Helder Câmara. Graduado (2010), Mestre (2013) e Doutor (2019) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Residência Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG - CAPES 7 (2022). Membro da Diretoria do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI desde 2014. Conselheiro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais - CONEDH na cadeira destinada à Ordem dos Advogados do Brasil. Advogado - Membro da Comissão de Direito e Inteligência Artificial da Seção Minas



Caio Augusto Souza Lara

Gerais da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da MENSA - Sociedade internacional de alto QI, superdotação e altas habilidades.

RELATÓRIO DO BIÊNIO | 2023/2024

Balanço | 2023

Foram **30** ações educacionais bastante prestigiadas ao longo de todo o período de janeiro a outubro de 2024.

PALESTRAS/SEMINÁRIOS

15 palestras e **4** seminários foram organizados pela Escola de Magistratura no ano de 2023.

CURSOS

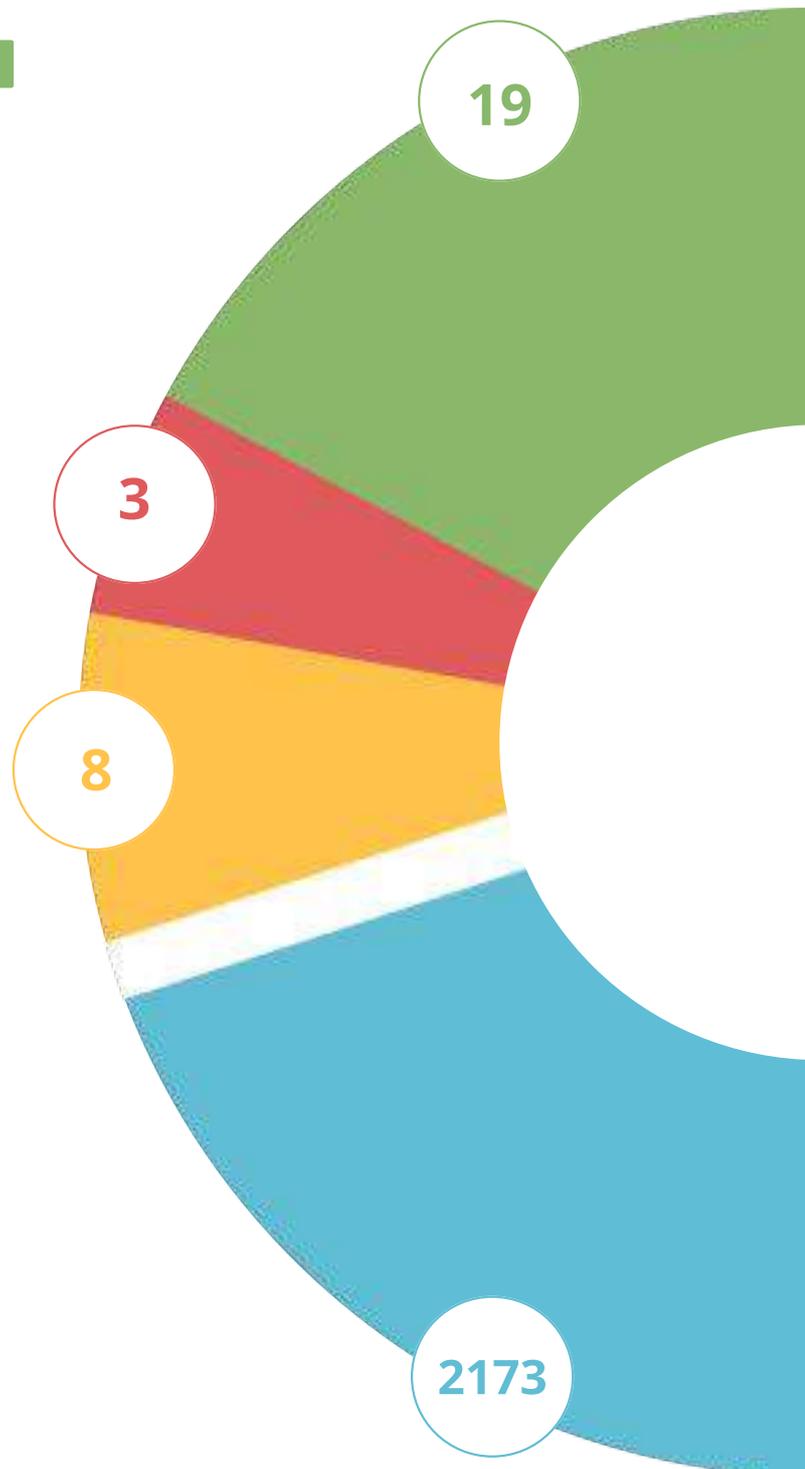
3 foram realizados em 2023 para a capacitação de Juízes, sendo um deles credenciado pela ENFAM.

EVENTOS

8 eventos ocorreram com mais de **200** participantes registrados.

PALESTRANTES

Mais **2173** inscritos nos cursos, palestras, seminários e eventos realizados durante o ano de 2023.



Resumo | 2023

Em 2023, a Escola de Magistratura do TRF6 promoveu um total de **30** ações educacionais, destacando-se pela diversidade de temas e formatos, sempre com o objetivo de aprimorar o conhecimento e a prática dos magistrados e servidores do Judiciário.

Palestras e Seminários

- Total: 27 eventos.
- Temas: 5 anos de Processo Estrutural no Brasil: Desafios e Perspectivas, As prerrogativas do advogado/estagiário e o início da carreira, Dia da Mulher: "Uma tarde para elas", Perícias nos Cibercrimes, Coisa Julgada e Proteção da Confiança, Assinatura do termo de cooperação técnica entre a ESMAF/TRF1, Acordo de não persecução penal e acordo de não persecução cível, Reforma Tributária, Panorama do Tráfico de Drogas no Brasil e no Mundo, Aposentadoria Especial, I Ciclo de Palestras sobre Direito Minerário: Mineração e os seus Complexos Desafios, Liberdade Religiosa no Direito Internacional, Enunciados do IBDA sobre as mudanças na Lei de Improbidade, Reforma Tributária, Relevância das Questões de Direito Federal Infraconstitucional no Recurso Especial, O Direito Privado e o Processo na Contemporaneidade (Seminário Internacional Brasil e Itália), A Ação Coletiva no Direito Italiano, Cooperação Judiciária, Direitos Fundamentais e Compliance - Reflexões Sobre o Acordo Birregional Mercosul-União Européia, As Ciências Criminais nos 35 anos da Constituição Federal, Lançamento da Cartilha Equidade Racial, Novas Técnicas Processuais em Casos Coletivos e Estruturais, Fungibilidade Recursal, Diversidade, Equidade e Inclusão na Esfera Pública, dentre outros eventos realizados em cooperação com a Escola.

Cursos

- Total: 3 cursos.
- Temas: Formação em práticas restaurativas para abordagem de conflitos relacionados ao assédio e à discriminação, Novas Técnicas Processuais em Casos Coletivos e Estruturais, Atualização em Desapropriações Ordinárias.

A Escola de Magistratura, ao longo de 2023, reafirmou seu compromisso com a formação e a atualização contínua dos profissionais do Judiciário. Com a implementação de ações diversificadas, a escola não apenas capacitou magistrados e servidores, mas também fortaleceu o diálogo com a sociedade e promoveu a reflexão sobre os desafios contemporâneos da justiça.

Balanço | 2024

Foram **22** ações educacionais bastante prestigiadas ao longo de todo o período de janeiro a outubro de 2024.

CONGRESSOS/SEMINÁRIOS/PALESTRAS

3 congressos, **13** seminários e **5** palestras, organizados pela Escola de Magistratura até outubro de 2024.

CURSOS

1 curso foi realizado para a capacitação de Juízes, credenciado pela ENFAM.

EVENTOS

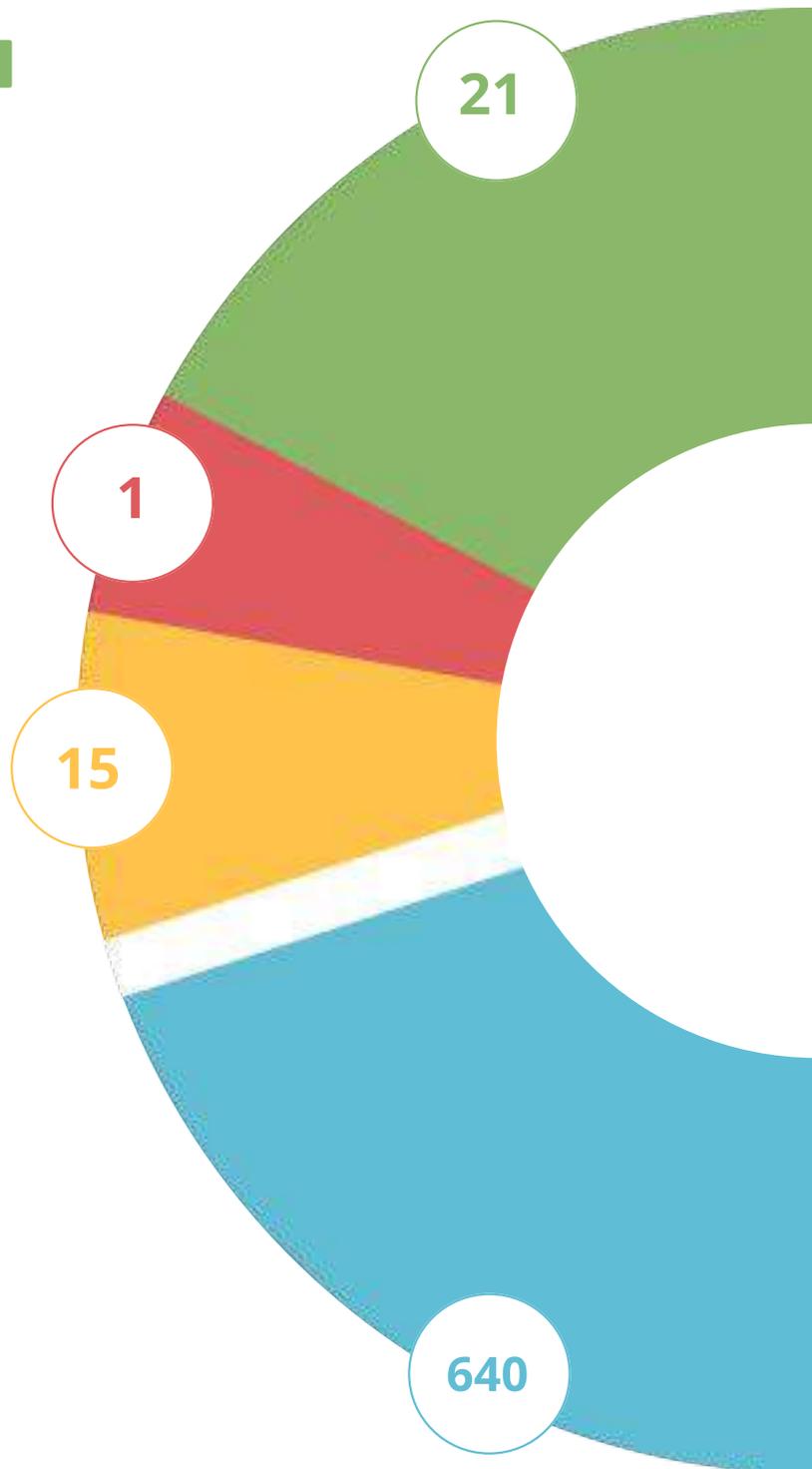
15 eventos com mais de **400** participantes registrados.

PALESTRANTES

Mais de **40** palestrantes e mais de **600** inscritos nos cursos, palestras, seminários, congressos e eventos realizados até outubro de 2024.

VIDEOS

Foram **15** vídeos do TRF6 em debate e **11** vídeos de cursos, palestras e eventos que juntos somaram mais de **2000** visualizações no youtube da Escola.



Resumo | 2024

Até outubro de 2024, a Escola de Magistratura do TRF6 promoveu um total de **22** ações educacionais, destacando-se pela diversidade de temas e formatos, sempre com o objetivo de aprimorar o conhecimento e a prática dos magistrados e servidores do Judiciário.

Palestras, Seminários e Congressos

- Total: 21 eventos.
- Temas: Casarão do Circuito Liberdade sediará unidades do TRF6, Centros de Inteligência do Poder Judiciário - Missões e Desafios no Século XX, Dia Internacional da Mulher, Judicialização da Saúde - Desafios para a Construção da Jurisprudência do TRF6, Suprema Corte dos EUA - Estrutura, Composição e Casos mais Relevantes, Lançamento do Livro "Teoria e Domínio do Fato - O Concurso de Pessoas na Legislação Brasileira, Cotas Raciais e Autodeclaração - Desafios das Comissões de Heteroidentificação e o Poder Judiciário, Semana Nacional dos Juizados Especiais, 1º Congresso de Direito Previdenciário, Digitalização dos Tribunais, Inteligência Artificial, Lançamento do Livro "Corrupção Transnacional", Desafios para Aplicação Extraterritorial da Lei 12.846/2013, Jornada sobre Direito e Inteligência Artificial no Parlamento da Andaluzia, Justiça Multiportas, Controle de Convencionalidade e Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos, 200 Anos de Constitucionalismo no Brasil: o papel das cortes constitucionais na democracia, Lançamento da 2ª Edição da Revista do Tribunal Regional da 6ª Região, Patrimônio Cultural no Direito Nacional e Internacional, Criação Judicial do Direito e Segurança Jurídica, dentre outros eventos realizados em cooperação com a Escola.

Cursos

- Total: 1 curso.
- Tema: A Atuação dos Juízes Federais na Conciliação, na Mediação e na Justiça Restaurativa

A Escola de Magistratura, ao longo de 2024, reafirmou seu compromisso com a formação e a atualização contínua dos profissionais do Judiciário. Com a implementação de ações diversificadas, a escola não apenas capacitou magistrados e servidores, mas também fortaleceu o diálogo com a sociedade e promoveu a reflexão sobre os desafios contemporâneos da justiça.

Balço do Biênio 2023 | 2024

Foram **52** ações educacionais bastante prestigiadas ao longo de todo o período de agosto de 2023 a outubro de 2024.

PALESTRAS/SEMINÁRIOS

3 congressos, **17** seminários e **20** palestras, organizados pela Escola de Magistratura até outubro de 2024.

CURSOS

4 cursos foram realizados para a capacitação de Juízes, sendo **2** credenciados pela ENFAM.

EVENTOS

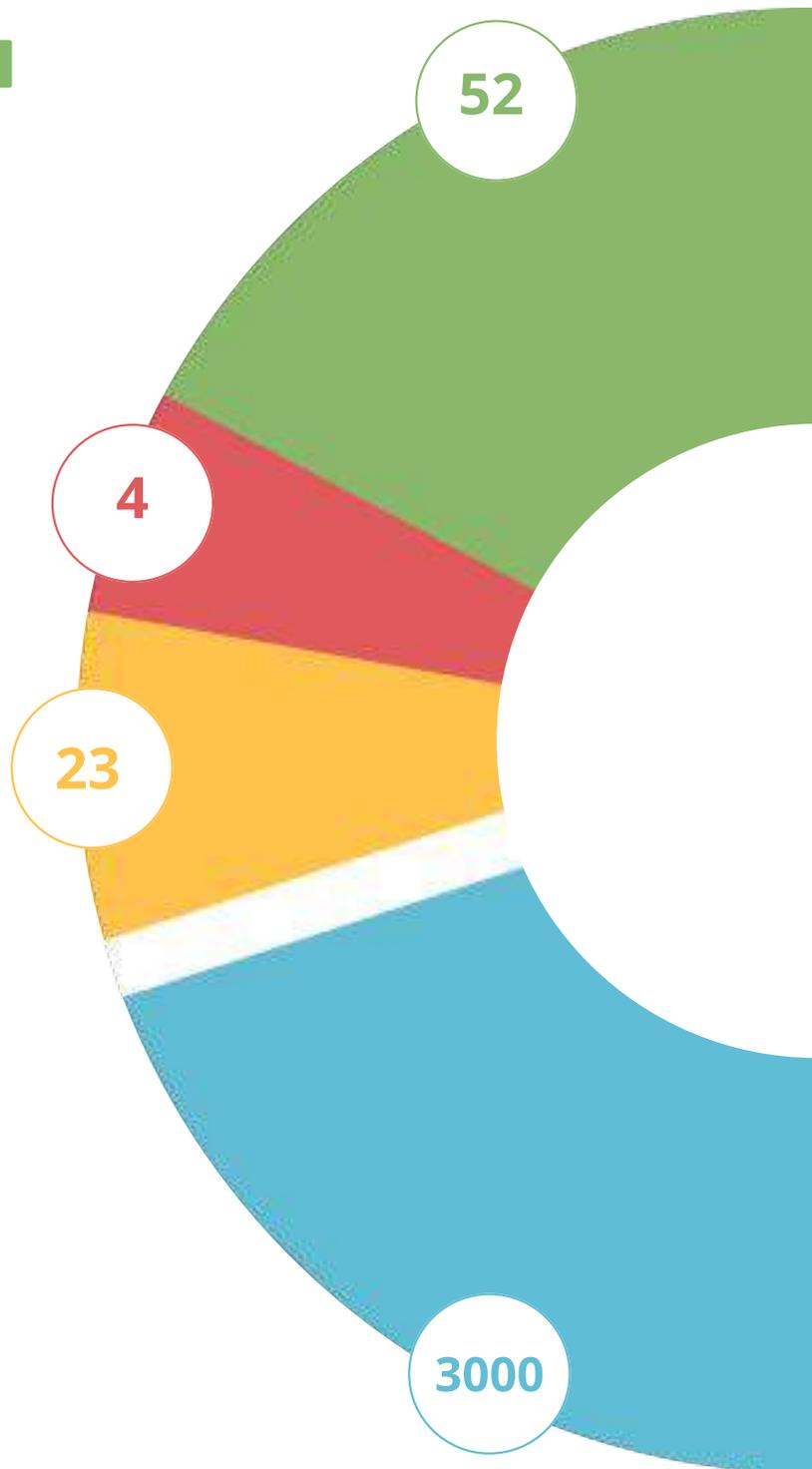
23 eventos com mais de **600** participantes registrados.

PALESTRANTES E PARTICIPANTES

Foram mais de **60** palestrantes e mais de **3000** inscritos nos cursos, palestras, seminários, congressos e eventos realizados até outubro de 2024.

VIDEOS

Foram **15** vídeos do TRF6 em debate e **11** vídeos de cursos, palestras e eventos que juntos somaram mais de **2000** visualizações no youtube da Escola.



Retrospectiva do Biênio 2023 | 2024

No biênio 2023/2024, a Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) destacou-se ao promover um total de 52 ações educacionais, consolidando seu compromisso com a formação continuada e a excelência na atuação de magistrados e servidores.

Essas iniciativas englobaram uma variedade de cursos, palestras, seminários e congressos, abordando temas cruciais para o aprimoramento das práticas jurídicas e administrativas. A diversidade das ações refletiu as demandas contemporâneas do Judiciário, incluindo a atualização sobre novas legislações, o uso de tecnologias no processo judicial e a promoção de direitos humanos. Além de capacitar os magistrados, as ações também fomentaram o intercâmbio de experiências e a construção de uma rede colaborativa entre os profissionais do direito.

A Escola de Magistratura, ao longo desse período, reafirmou sua função não apenas como um espaço de aprendizado, mas como um agente de transformação social, preparando os participantes para os desafios de um sistema judiciário em constante evolução.

O sucesso das 52 ações educacionais evidencia o empenho da Escola em oferecer um ambiente de aprendizado dinâmico e relevante, contribuindo para a formação de uma magistratura mais preparada e engajada na promoção da justiça. A expectativa é que essa trajetória continue a se desenvolver, sempre em busca de novas formas de capacitação e inovação.

PALAVRAS DA COORDENADORA

Passados dois anos desde o início desta jornada, expresso o meu mais profundo agradecimento e reconhecimento pela gestão brilhante realizada pela Diretoria da Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região sob a liderança inspiradora e competente do Diretor, Desembargador Federal Grégore Moreira de Moura e do Vice-Diretor, Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos.

A Escola, mesmo em sua trajetória inicial, tem demonstrado grande potencial, fortalecendo sua relevância e influência na formação e no aprimoramento dos magistrados federais da 6ª Região. A criação dos atos normativos foi um marco significativo, demonstrando a visão estratégica e o comprometimento em promover uma gestão moderna, transparente e eficiente. Essa iniciativa trouxe avanços fundamentais para a organização institucional, refletindo a preocupação com a qualidade e a uniformidade das atividades acadêmicas e administrativas. Ter participado da elaboração dessas normas foi uma honra indescritível. Contribuir com um trabalho que simboliza os valores da instituição e que estabelece diretrizes sólidas para o futuro é motivo de imenso orgulho. Este processo afirma o compromisso com a excelência, o rigor técnico e o fortalecimento promissor da Escola como referência emergente no âmbito jurídico e educacional.

A importância atribuída às Escolas Judiciais e às de Magistratura, no contexto de seleção e formação de magistrados, é essencial. Historicamente surgidas com a missão de promover ações educacionais e fomentar a cultura de pesquisas no Judiciário, desempenham hoje um papel fundamental. A gestão do Desembargador Federal Grégore Moreira de Moura e do Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos se alinha a essa tradição, com iniciativas que refletem compromisso, inovação e um olhar atento às demandas da sociedade e da comunidade jurídica. O sucesso dos eventos promovidos pela Escola reflete diretamente a dedicação e o talento também de toda a equipe. Cada evento foi planejado com esmero, resultando em momentos enriquecedores de aprendizado, troca de experiências e fortalecimento de valores que norteiam a magistratura.

É impossível não destacar o impacto positivo que a liderança do Diretor e do Vice-Diretor exerceu em todos os aspectos da gestão. A capacidade de inspirar, motivar e guiar toda a equipe com profissionalismo e visão estratégica foi a base para a criação da Escola, bem como a sabedoria com que enfrentaram os desafios e a busca constante pela excelência que imprimiram em cada detalhe da gestão. Sem dúvida, líderes que fazem a diferença e deixam um legado para a magistratura e para a sociedade.

Coloco-me inteiramente à disposição da nova gestão para contribuir com o próximo biênio, oferecendo meu apoio e dedicação para dar continuidade aos projetos em andamento, fortalecer iniciativas existentes e colaborar com novas ações que possam ainda mais enaltecer a atuação da Escola de Magistratura e seu papel fundamental na formação dos magistrados federais da 6ª Região.

Com minha mais sincera gratidão e admiração,

Francine Figueiredo

PALAVRAS DO VICE - DIRETOR

Em 2022, o Plenário do Tribunal confiou ao Desembargador Grégore Moura e a mim a grata missão de construir a Escola de Magistratura Federal. Naquele momento, éramos um Tribunal em fase de implantação. Havia um mundo a ser construído. No entanto, logo percebemos que aquele desafio se apresentava como uma oportunidade única para construirmos um novo modelo de escola judicial, calcado na inovação e no diálogo. E assim seguimos, sempre obstinados em proporcionar aos magistrados um espaço de interlocução e de trocas de experiências, sem as hierarquias e as liturgias típicas do dia-a-dia da função judicial.

Neste momento inicial, era importante construir a identidade do nosso Tribunal e apresentá-la à comunidade jurídica. Sentimos que a Escola tinha uma significativa contribuição nessa empreitada. Projetos como o “TRF6 em Debate”, tão simples na sua concepção, mas grandioso no seu alcance, levaram à rede mundial de computadores o que temos de melhor: o nosso corpo de magistrados e de servidores comentando a jurisprudência de um Tribunal em formação. Esses e outros projetos permitiram que a Escola amadurecesse, tijolo por tijolo, como um hub de produção de conteúdo e de educação profissional, estimulando diálogos sobre temas que tocam a rotina prática dos magistrados. Afinal, uma boa escola judicial deve ir além das abstrações acadêmicas. Em verdade, ela serve para aperfeiçoar a arte do “saber-fazer”, empreendida por magistrados que precisam decidir vidas vividas num mundo real.

Essa caminhada não teria sido tão prazerosa sem o companheirismo e a liderança do Diretor Grégore Moura, bem como a gerência executiva e a dedicação infinita da Secretaria-Executiva Francine Figueiredo, que, com muita competência, conduziram um time de servidores e colaboradores que, desde o primeiro dia, apaixonaram-se pela missão.

Ao final dessa caminhada abençoada, ofertamos ao Tribunal a nossa prestação de contas, conscientes e orgulhosos de que concluímos com louvor a primeira etapa de implantação da Escola de Magistratura. Cada nova gestão aporá novos tijolos nesta construção, tornando-a cada vez mais grandiosa e acolhedora aos nossos magistrados.

Muito obrigado.

Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos
Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da Sexta Região

PALAVRAS DO DIRETOR

É com imensa alegria e satisfação de dever cumprido que encerramos a gestão da Escola da Magistratura e da Revista do Tribunal Regional Federal da 6ª Região no biênio 2022/2024.

Foram inúmeros desafios de estruturação física e normativa, já que a construção de uma primeira gestão demandava a preparação dos alicerces da nossa querida Escola. A primeira etapa foi concluída com absoluto sucesso, o que transformou o sonho da Escola em realidade apta a desenvolver suas finalidades precípuas: capacitar Magistrados e ser um canal de responsabilidade social.

Com as bases estruturadas, era hora de edificar a formação e capacitação de pessoas, através da realização de diversos cursos, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos de notória excelência técnica, ultrapassando mais de 50 capacitações e mais de 2000 capacitados. Sem dúvida, colhemos frutos por sermos uma Escola aberta, inclusiva, inovadora e, acima de tudo, dialógica. A união entre Tribunal, academia e sociedade se mostrou alvissareira, trazendo para a sociedade mineira e quiçá brasileira mais um canal educacional transformador.

Destaco o brilhantismo do vice-diretor, Desembargador Pedro Felipe, que capitaneou diversos projetos fundamentais para a Escola e esteve sempre ao meu lado. Lustros para a insigne equipe da Escola que com competência, união e comprometimento atendeu de maneira prestigiosa todas as nossas ideias e ideais. Juntos deixamos um legado que pode ser materializado em nossas duas edições da Revista do Tribunal, que aliou conhecimento, cultura e educação para a cidadania. Agradeço, portanto, ao nosso vice-diretor e a toda à equipe da Escola por caminhar ao meu lado nessa prazerosa jornada de "dar presentes", pois a luz do conhecimento é uma dádiva indelével.

Aos novos gestores, desejo sucesso nessa trajetória de uma estrada já pavimentada, mas que certamente demandará novos desafios. Como diria Emmanuel: "o dever cumprido é a melhor maneira de fazer da própria consciência o mais alto lugar de repouso".

Saio de cena neste momento, com o dever cumprido e a consciência em repouso, pois fiz o meu melhor. Longa vida à Escola do TRF6!

Desembargador Federal Grégore Moura

Doutor em Direito Constitucional UFMG | Mestre em Ciências Penais UFMG